

POESIA LÍRICA: PROBLEMAS CONCERNENTES À DEFINIÇÃO DE GÊNERO E À SUBJETIVIDADE

Andrio J. R. dos Santos*

Resumo: Diversas questões envolvem o problema da definição do gênero lírico, sobretudo, aquelas concernentes à diferença essencial entre a poesia originária da Grécia arcaica, essencialmente oral, e aquela que firma suas origens entre o período helenístico e o augustano, a partir da organização de coleções líricas. Neste artigo, pretendo discutir questões concernentes a definição do gênero lírico, levando em conta a definição dos tipos de poesia convencionalmente considerados “líricos”. Nesta discussão, também trato do problema da subjetividade, frequentemente considerada como uma característica definidora da lírica. Para tal, abordarei a obra de autores como Francisco José Freire (1748), que parte de uma noção poética clássica, e Paul Allen (1994) e Ullrich Langer (2015), que tentam resolver os problemas teóricos concernentes à lírica, em caráter anacrônico.

Palavras-chave: Lírica, Gênero, Subjetividade, Grécia arcaica, Pré-modernidade.

Abstract: There's several questions concerning the problem of the definition of the lyric genre, especially those concerning the essential difference between the poetry originated in archaic Greece, essentially oral, and that one, which emerges between Hellenistic and Augustan period, by the organization of lyric collections. In this paper, I aim to discuss issues concerning about the definition of the lyric genre, taking in hand the definition of those types of poetry frequently considered “lyric”. In this sense, I also take the subjectivity problem in account, which is usually considered as a lyric determining feature. To this end, I approach the work of authors like Francisco José Freire (1748), who writes from a classical point of view, and Paul Allen (1998), and Ullrich Langer (2015), who tries to solve the theoretical questions related to lyric by an anachronistic matter.

Keywords: Lyric, Genre, Subjectivity, Archaic Greece, Early modern period.

INTRODUÇÃO

A poesia de gênero lírico da Antiguidade Clássica é frequentemente caracterizada de forma anacrônica. Convencionalmente, compreende-se por lírica um poema de expressão individual e subjetiva, relativamente atrelada à ideia de uma reflexão, por parte de um “eu” particular, sobre temas da ordem do emocional. Essa concepção é sustentada por diversos críticos, entre eles Bruno Snell (2005), que discute a questão da lírica em relação ao problema das definições de gênero na teoria da literatura. Todavia, a ideia de uma expressão particular e íntima tem raízes no século XVIII, sendo, essencialmente, moderna. A poesia lírica – ou aquilo que hoje é convencionalmente chamado de lírica – possuía fins utilitários na Grécia arcaica, era parte das práticas cotidianas da Pólis. A lírica, surgida ainda em uma cultura oral,

* Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Letras – Estudos Literários - da Universidade Federal de Santa Maria, RS. E-mail: andriosantoscontato@hotmail.com

era cantada, tinha função social, e não subjetiva. Algo contrastante com a ideia de poesia na modernidade, período em que esta perdeu sua finalidade prática.

Desse modo, como compreender a caracterização do gênero lírico na Grécia arcaica? Ou ainda, seria possível tratar da lírica como um gênero unitário? O primeiro problema apresenta-se justamente através da definição, pois o gênero lírico na Grécia antiga, conforme é convencionalmente compreendido, caracteriza-se através da exclusão. Ou seja, tudo o que não se relaciona ao cômico, ao trágico e ao épico é entendido, em uma definição geral, como “lírico”. Dessa forma, a ideia de lírica é fluida, composta por diversos subgêneros e suas respectivas caracterizações, como a elegia ou a ode. Mas essa definição anacrônica se dá justamente pelo caráter fragmentário dos textos gregos arcaicos, que ecoa algo de uma caracterização bruta, alquebrada, que atrai o gosto moderno e, justamente por isso, acaba por ser abarcada por definições modernas.

A forma com que os diversos gêneros, compreendidos hoje como parte da lírica, se distanciam uns dos outros aprofunda o problema de uma definição para o chamado gênero lírico. Paul Allen (1994) defende que a ideia de lírica só é possível em uma cultura escrita, a partir do surgimento das coleções líricas, entre o período helenístico e o augustano. Essas coleções permitiriam reler os poemas e analisar com mais atenção aquilo que o autor chama de “consciência lírica”. Na lírica oral, esta presença subjetiva e individual não seria verificável, nem possível, pois a apresentação necessitava ser apreendida de uma só vez e possuía função ritual, ou seja, devia afirmar os valores hegemônicos do estado Grego. Porém, a definição de lírica da qual Allen (1994) parte é, essencialmente, anacrônica. O autor define lírica como: “a short poem of personal revelation, confession or complaint, which projects the image of an individual and highly self-reflexive subjective consciousness” (1994, p. 1)¹.

A questão da subjetividade se relaciona diretamente com a problemática de uma definição do gênero lírico, uma vez que é frequentemente considerada como característica central e definidora deste. Mesmo tratando-se de uma ideia moderna, essa concepção é aplicada retroativamente, e toda expressão lírica passa a ser compreendida dessa forma, desconsiderando-se os contrastes estabelecidos em períodos e por expressões diferentes de poesia “lírica”, como o seu caráter oral na Grécia arcaica ou a organização de coleções.

¹ Tradução do autor: um poema curto de revelação pessoal, confissão ou descontentamento, que projeta a imagem de uma consciência subjetiva individual e altamente autorreflexiva.

O objetivo desse trabalho é discutir o problema da definição do gênero lírico, tendo em vista as dificuldades teóricas para tal. Como a ideia de subjetividade figura de forma central nesse problema, essa questão será observada e discutida no desenvolvimento deste artigo. Como subsídio teórico, parto dos estudos de Paul Allen (1994) e Ullrich Langer (2015) acerca das problemáticas do gênero lírico, sobretudo no que os autores tratam da questão da subjetividade. Ambos os autores tentam resolver problemas teóricos a partir de uma perspectiva anacrônica, o que faz com que suas concepções, em certas instâncias, entrem em choque com aquelas de cunho clássico. Por isso, esses trabalhos serão articulados com as definições acerca do gênero apresentadas por Francisco José Freire (1748), que parte de um panorama clássico.

POESIA GREGA ARCAICA E SUA DEFINIÇÃO

A poesia convencionalmente conhecida como lírica grega arcaica se desenvolveu no período entre os séculos VII e V a.C. O termo “lírica” refere-se à forma de execução e de recepção desse tipo de poesia, composta comumente com o objetivo de ser cantada, com acompanhamento de um instrumento musical, como a lira ou a cítara. Boa parte de tais composições também era acompanhada por dança, o que tornava a poesia lírica um ato performático, não um fenômeno escrito. As composições de poetas como Píndaro, Safo, Alceu e Anacreonte possuíam tal propósito. Esta concepção de lírica difere da moderna, que a compreende como um texto de expressão subjetiva e individual, lido em silêncio, por um sujeito isolado. De uma composição performática de cunho oral, a lírica passou a ser compreendida como uma expressão individual. Além disso, o termo “lírico” passou a ser designativo de diversos tipos de composições que, essencialmente, possuíam definições específicas, como o jâmbico e a elegia. Este último, por exemplo, seria um tipo de composição destinada a ser recitada ou cantada com acompanhamento de um instrumento específico. Na questão do assunto, teria como tema uma celebração, frequentemente associada ao amor. De acordo com Roosevelt Rocha (2012), apenas a partir do Romantismo é que este tipo de poesia seria identificada especificamente como uma composição de cunho melancólico, associado a temas mórbidos.

Um dos principais problemas, referentes à compreensão da “lírica” como um gênero unitário, se estabelece devido a uma não distinção entre a poesia grega arcaica e

aquela produzida no período helenístico e augustano. A partir do século I a.C, no referido período, surgiram diversas coleções líricas, que compreendiam obras compiladas ou compostas de forma escrita. Autores como Paul Allen (1994) e Ullrich Langer (2015) compreendem este tipo de poesia escrita como “lírica”, já as composições gregas arcaicas, de cunho oral, necessitariam ser compreendidas como um fenômeno literário distinto.

Os poetas do período arcaico não empregavam o termo “lírica” para designar a generalidade de suas produções. Este termo entrou em uso no período helenístico, utilizado principalmente por Aristófanes, devido à necessidade de classificação dos compêndios e coleções líricas na Biblioteca de Alexandria (GUERRERO, 1998). Os poetas arcaicos referiam-se a sua poesia como “mélica” (de *mélōs*), termo que denota canção, melodia e outras instâncias de ordem musical. Segundo Allen (1994), acadêmicos modernos dividem a poesia “mélica” em duas partes: lírica coral e a monodia, ou canto solo. A coral seria performada em festivais públicos, enquanto a solo seria a representação dos sentimentos verdadeiros do poeta, sua expressão individual e particular. Segundo Allen (1994), esse entendimento da lírica não se sustentaria, pois seria anacrônico. Para discutir sua atestação, o autor examina a obra de Safo. Allen (1994) rebate a concepção frequente de que a primeira pessoa presente em tais poemas, o “eu” da composição, expressaria a consciência de um sujeito individual. Para o autor, o uso da primeira pessoa não garante que o poema remonte aos sentimentos íntimos do poeta. Esse tipo de caracterização não era tão forte para os gregos quanto seria para o público moderno. Além disso, o “eu” presente nas composições “mélicas”, como as de Safo, relacionavam-se a um “eu” coletivo e comunitário, ou seja, as expressões desse “eu” seriam as de um grupo, não de um indivíduo. A própria sobrevivência destas obras demonstraria esse fato, pois determinam sua relevância para a comunidade arcaica grega. Assim, o “eu” não poderia significar algo privado, mas sim público e paradigmático, designando uma personificação do pensamento compartilhado ou público, uma vez que, ressalta Allen, esses poetas tinham a função de ser instrutivos, didáticos, assim como compreensíveis e apreciáveis. Nessa perspectiva, a compreensão das características da poesia grega arcaica, como a questão do “eu”, está diretamente atrelada à sua função.

Francisco José Freire, em sua *Arte Poética* (1748), atribui duas características à poesia: a imitação e a harmonia. Ao discorrer acerca de poesia, em termos gerais, o autor compreende que as primeiras expressões da arte teriam sido de cunho lírico, as quais designa como cantos, ou seja, composições orais. No capítulo 3 de sua obra, Freire examina a essência

e a definição de poesia. Para o autor, seu objetivo é a imitação, com o intuito de produzir novas imagens: “o que he certo, segundo a opiniaõ dos melhores Authores, he que consiste a essencia da Poesia na imitaçaõ da natureza” (FREIRE, 1748, p. 19). Freire retoma a noção aristotélica de mimesis para discutir a questão da imitação, no que tange ao rebaixamento da lírica, considerada como um gênero não mimético. Na distinção do autor, Aristóteles condena o gênero lírico porque, nele, o poeta não falaria como narrador, como no épico, mas sim como interessado. Nesse caso, o poeta agiria como juiz das coisas narradas, invocando, aconselhando e proferindo alguma sentença sobre o que narra. No entanto, Freire questiona se, ao descrever uma tempestade, um poeta não estaria imitando a natureza? Assim, o autor menciona que Aristóteles não definiu claramente a questão da imitação. Segundo Freire, antes do surgimento da tragédia, da comédia e da sátira, havia pouquíssima imitação na arte poética. Segundo ele, o que existe em Homero ou Virgílio não é imitativo. Desse modo, Freire menciona que intenta definir a essência da arte poética, uma vez que, na sua leitura, a questão da imitação é por demais geral.

A definição de poesia defendida por Freire se estabelece como uma imitação da natureza, em caráter universal ou particular, em versos, no intuito de instruir e deleitar. Segundo Freire, a questão da imitação da natureza seria o gênero de toda poesia, compreendida como uma analogia. A questão da universalidade e particularidade teria relação com o caráter imitativo, dividido em imitação *icástica* e *fantástica*. A primeira imitaria as coisas como elas são, em sentido particular. A segunda imitaria as coisas de acordo com a ideia e opinião geral dos homens, de forma universal. Na questão do verso, a poesia seria composta de tal modo no intuito de ser distinguida de outras artes imitativas. No problema da utilidade e deleite, Freire aponta que “não pode estar em duvida, que o principal fim da Poesia naõ seja ensinar o povo, e servirhe de utilidade” (FREIRE, 1748, p. 26). O autor considera que os primeiros poetas, como Homero, Orfeu e Hesíodo, por exemplo, se esforçaram em ser úteis. Assim, todos os poemas devem ser úteis a “quem ouve, ou lê” (FREIRE, 1748, p. 26). As duas características, o útil e o deleite, se tornam imbricadas, uma vez que, para Freire, a poesia perfeita necessita, além de ser útil, deleitar. E o inverso também seria necessário. Ou seja, o poeta que, na sua imitação, é útil mas não deleita, ou deleita mas não é útil, peca contra os princípios básicos da própria poesia.

A característica utilitária da poesia, segundo o autor, seria definida pela finalidade do poema, que deve ser, essencialmente, de cunho filosófico moral. Freire menciona que os

poemas heroicos teriam como público os capitães e guerreiros, sendo sua finalidade despertar nestes o amor pela glória e pelos feitos ilustres. A lírica, assim como a sátira, teria como função o ensino do amor a Deus e aos homens bons, assim como o desprezo pelos vícios e homens maus. Ou seja, na concepção de Freire (1748), a poesia tem um cunho moral e uma função social: estabelecer e afirmar paradigmas. Freire ainda menciona que poesia e filosofia são, essencialmente, a mesma coisa, expressas apenas por nomes diferentes. Logo, a poética tem duas funções, deleitar e instruir: “Os Poetas foraõ dos primeiros legisladores dos costumes, e os primeiros Sabios, e Filósofos da antiguidade, ensinando, e instruindo os póvos com a Filosofia moral, explicada nos seus versos” (FREIRE, 1748, p. 28).

As composições gregas arcaicas estavam indissociavelmente calcadas em sua cultura oral. Além disso, as canções objetivavam atender a funções sociais, empregadas em contexto ritualístico, como o religioso, ou o festivo, como no caso do matrimônio. Ainda assim, essas composições tinham também o objetivo de entreter, uma vez que eram empregadas em banquetes, celebrações e comemorações de diversos tipos. Nessa acepção, a poesia grega arcaica era parte integrante da sociedade e da vida pública do Estado, diferentemente da poesia moderna, que se afasta da esfera pública, esvaziada de toda a sua finalidade prática. A distinção entre essas duas diferentes compreensões de poesia é encontrada em Freire (1748), que escreve no século XVIII, baseado em concepções clássicas e ainda apartado das definições modernas. Vale destacar que o sentido de comunidade relativo à Grécia arcaica seria, em certa medida, distinto daquele compreendido por Freire (1748) em seu período. Desse modo, se existe certo anacronismo na classificação da poesia grega arcaica como lírica, também haveria, em partes, nos conceitos de Freire (1748).

A POESIA LÍRICA ARCAICA E AS COLEÇÕES LÍRICAS: FUNÇÃO SOCIAL E SUBJETIVIDADE

Paul Allen (1994) discute o problema da definição do gênero lírico, buscando suas raízes na Grécia arcaica. No entanto, a lírica arcaica não era necessariamente um gênero unitário. Assim, essas raízes não são verificáveis. Nessa perspectiva, o autor defende que o que comumente se compreende como “lírico” seria definido de forma negativa, através de um princípio de exclusão. Ou seja, tudo o que não se caracteriza como épico, cômico ou trágico seria entendido, em geral, como “lírico”. Nessa perspectiva, a ideia de lírica seria fluida,

composta por diversos gêneros que, em seu contexto histórico-social, a Grécia arcaica, possuíam definições particulares. Por exemplo, composições como o ditirâmbo, o peã e o epinício seriam consideradas líricas, ou subgêneros da lírica. Porém, esse tipo de poesia caracterizava-se, original e respectivamente, como uma canção em honra a Dionísio, a Apolo e a celebração da vitória de um atleta.

No *Livro III do Tomo II* de sua *Arte Poética* (1748), Freire discute poesia lírica, considerando sua matéria e artifício, que compreendem estilo, virtudes e vícios. Como parte de noções clássicas, Freire entende a lírica de forma muito próxima à sua concepção arcaica Grega. De acordo com o autor, a lírica define-se como um canto de verso rítmico, curto e suave, tanto que, segundo o autor, diz-se que tais poetas eram capazes de mover pedras e bosques com seu canto. Sua definição apresenta-se desse modo: “segundo os melhores Escritores define-se a Lyrica: *Poesis, quæ versu rhythmico, & harmônico rem aliquam amplificat, & cantu, sonoque effectus varius imitatur*” (FREIRE, 1748, p. 259). O autor retoma Horácio e menciona que a principal matéria da lírica são os louvores a deuses e heróis, os amores, os banquetes, além de comemorações, entre outras ocasiões memoráveis. Porém, Freire retoma Scalinger e ressalta que a lírica não se limita aos argumentos supracitados, sendo que seria possível encontrar exemplos de sua variedade de assuntos em Horácio, Píndaro, Safo e Anacreonte. Dessa forma, Freire menciona que qualquer matéria que caiba a um poema breve e harmônico pertence ao campo de abrangência da lírica. Maria Vega (2016) retoma em Scalinger e apresenta uma concepção semelhante à Freire, compreendendo lírica como uma composição breve e harmônica, caracterizada por poemas curtos.

Para Freire, o artifício da lírica seria composto por três partes: *proposição*, *amplificação* e *digressão*. A *proposição* refere-se à maneira como o poema inicia. A *amplificação* refere-se ao engrandecimento da matéria do artifício, através de recursos retóricos. A *digressão* ou episódio refere-se à passagem que o poeta empreende de seu principal assunto para outro, relativo à matéria do poema. Na definição do artifício da lírica, ou seja, seus meios formais de operação, existe a compreensão de um plano de fundo retórico, da mesma forma que em Ullrich Langer (2015). A respeito do estilo, Freire enumera características que considera as mais adequadas ao verso lírico: florido, culto, sonoro, alegre, engenhoso, doce e ameno. Segundo o autor, para alcançar tal efeito, deve-se primar pela descrição de fontes, bosques, rios, flores, banquetes “e de tudo o mais que costuma alegrar o animo” (FREIRE, 1748, p. 261). Freire sugere o uso de tropos retóricos, principalmente de

cunho moral, assim como o emprego de afetos, semelhanças e sentenças frequentes. Por fim, o autor ressalta a necessidade da brevidade no verso lírico, sugerindo a consulta de Horácio para o bom entendimento dessa questão. Esta seria uma característica essencial do gênero, assim como o poeta lírico deveria fugir de redundâncias, asperezas e palavras com pouco significado.

Freire menciona que existem diversas espécies de verso lírico. O autor enumera e descreve sumariamente diversas espécies de composições: o epinício, que celebrava a vitória de guerreiros ilustres; o epipompeutico, que descrevia a pompa de um triunfo; o verso secular, que dava graças aos deuses pelos benefícios concedidos em um século – no entanto, este era o verso empregado ao cantar-se para meninas virgens; por fim, o ditirâmico, que se cantava em honra a Baco. Nas definições de Freire, as espécies de verso lírico são definidas pela função social da composição, distinguindo-se de outros tipos de poemas, como a elegia ou a sátira, tratados de forma distinta em sua obra. Desse modo, Freire, cuja obra foi produzida no século XVIII, ainda não possuía a noção Romântica de lírica, que aglutina tudo o que não é épico ou trágico, como “lírico”. Assim, como parte de uma noção clássica, sua concepção se aproxima da ideia de poesia lírica no período arcaico grego, quando este tipo de poesia era compreendido em caráter específico, de tipo mélico e de cunho social e paradigmático.

Até esse ponto, a questão da subjetividade permanece apartada da definição do gênero, uma vez que essa instância escapava à poesia oral arcaica. A partir do período helenístico e augustano, passaram-se a organizar coleções líricas, compostas por poemas compilados ou compostos no intuito de serem lidos. Autores como Paul Allen (1994) e Ullrich Langer (2015) mencionam que a partir desse fenômeno seria possível pensar em uma discussão do gênero lírico, considerando a questão da subjetividade. Vale destacar que, segundo Robert Ernst Curtius (2013), na Antiguidade, mesmo durante a chamada Antiguidade Clássica, reconhecia-se o conceito de composição apenas em relação à tragédia e à epopeia, para as quais eram exigidas, segundo Aristóteles, unidades de ação. Como Aristóteles não discorre de forma definidora acerca da lírica, não havia uma teoria de seus gêneros. Além disso, “se considerava a retórica como teoria literária geral” (CURTIUS, 2013, p. 109). Ou seja, o estudo da poesia e da retórica estava interligado, posição sustentada também por Langer (2015), que considera a lírica como um fenômeno que se realiza sobre um plano de fundo retórico. A concepção de que a retórica seria a teoria literária geral persistiria através da Idade Média. Como exemplo, Curtius menciona os autores Clemente e Mário Vitorino, que

apresentam diversos pontos em comum, como a definição da poesia através de seu caráter formal. Nessa perspectiva, a essência da poesia estaria na sua construção métrica e seu conteúdo seria uma narrativa.

Curtius (2013) também ressalta o caráter não unitário do chamado gênero lírico, assim como suas dificuldades distintivas. O autor menciona que, durante o medievo, diversos gramáticos dedicaram-se à empresa de definir os gêneros literários. A divisão de gêneros proposta por Diomedes, em sua *Ars Grammatica*, teve particular importância no período. O autor distingue três espécies principais, contando com diversas subespécies, organizadas por Curtius da seguinte maneira:

1) *genus activum vel imitivum (dramaticum vel mimeticum)*. Característica: a poesia não contém interlocução do poeta (*sine poetae interlocutione*); só as personagens falam. A esse gênero pertencem tragédias, comédias, poesias pastoris, como a 1ª e a 9ª éclogas de Virgílio. Quatro subespécies: *tragica, comica, satyrica, mímica*.

2) *genus enarrativum (exegeticon vel apangelticon)*. Característica: o poeta fala sozinho. Exemplo: as *Geórgicas* de Virgílio, livros I a III, e a primeira parte do livro V. (Conclui-se daí que a história de Aristeu [4, 314-558] fica fora do *genus enarrativum*.) Outro exemplo: Lucrécio.

Três subespécies:

a) *angeltice*: contém “sentenças” (Teógnis e Chrien);

b) *historice*: contém narrativas e genealogias. Exemplo: o catálogo de mulheres de Hesíodo;

c) *didascalice*: a poesia didática (Empédocles, Lucrécio, Arato, Virgílio).

3) *genus commune (koinon vel mikton)*. Características: falam tanto o poeta como as personagens citadas. Exemplo: a *Ilíada*, a *Odisseia*, a *Eneida*.

Duas subespécies:

a) *heroica species*: a *Ilíada* e a *Eneida*;

b) *lyrica species*: Arquíloco e Horácio. (CURTIUS, 2013, p. 546).

A classificação dos gêneros segundo a pessoa que fala – o poeta sozinho; as personagens sozinhas; poeta e personagens, alternadamente – remonta a Platão e encontra-se dentro de seu ataque à poesia, na *República*. Platão deseja mostrar que toda poesia mimética (tragédia, comédia, epopeia) deve ser banida do Estado ideal. A mímesis seria uma imitação falseadora e, portanto, marca de baixa. Na *República*, não se permite mais poesia, a não ser nos hinos aos deuses ou a homens de bem. Dessa forma, os gêneros que sobrevivem são, em parte, aqueles considerados “líricos”. Portanto, admite-se apenas a manifestação do poeta em primeira pessoa, de cunho utilitário e deleitável – concepção ressaltada por Freire, conforme

supracitado. Para chegar nessa ideia, Platão formulou a tripartição geral da poesia, baseada nas vozes contidas nesta – concepção da qual parte Diomedes.

Para Allen (1994), a lírica, como convencionalmente é compreendida, só é possível em uma cultura escrita, a partir do surgimento das coleções líricas, entre o período helenístico e o augustano. Essas coleções permitiriam reler os poemas e analisar com mais atenção aquilo que o autor chama de “consciência lírica”. Na lírica oral arcaica, esta presença subjetiva não seria verificável, nem possível, pois a apresentação necessitava ser apreendida de uma só vez e possuía função ritual, ou seja, devia afirmar os valores hegemônicos do estado Grego. Para Allen, a projeção de uma imagem subjetiva, complexa e variada, por um poema lírico, apresenta-se como uma função de natureza gramática, e não como a projeção de um “eu” individual. A ideia de “consciência lírica”, central ao seu trabalho, apresenta-se na forma de “an absent presence which is constantly effacing and reconstituting itself across the multitemporal movement of the lyric collection” (1994, p. 29)². Assim, por “consciência lírica”, o autor não compreende algo como um arrebatamento emocional, mas sim um determinado efeito, produzido por certa estrutura escrita, em um contexto histórico específico. Langer (2015) concorda com esta concepção, uma vez que compreende a subjetividade como um efeito ou mecanismo retórico.

A “consciência lírica” de Allen (1994) se apresenta como uma questão essencial a sua definição do gênero. O autor argumenta que o gênero existe como padrões de uso, formas sedimentares de discurso e pensamento, que permeiam toda a linguagem. Conforme a posição do autor, o gênero se estabelece como um dado cultural e linguístico a ser interpretado, não como uma fórmula ou concepção essencialmente crítica ou teórica. Como Allen menciona, os gêneros podem ser compreendidos “as variable, linguistic responses to the changing conditions of communal life, which derive their evolutionary and recombinatory possibilities from the set of accepted patterns of usage available to a given socio-cultural grouping at a particular time” (1994, p. 43-44)³ e, por fim, como “a unique dialogical situation” (1994, p. 44).

² Tradução do autor: uma presença abstrata que constantemente se evanesce e se reconstrói através do movimento multitemporal da coleção lírica.

³ Tradução do autor: como respostas linguísticas variáveis às mudanças das condições da vida comunitária, que derivam suas possibilidades evolutivas e recombinatórias do conjunto de padrões aceitos disponíveis para um determinado grupo sociocultural em um determinado momento.

A noção de gênero articulada por Allen está fortemente atrelada a sua concepção de “consciência lírica”, assim como a presença de uma “subjetividade lírica”. Langer (2015) menciona que a questão da subjetividade tornou-se relevante para a discussão da lírica como gênero, embora os termos em que essa discussão se estabeleça tenham pouco a ver com a noção moderna de subjetividade, caracterizada pelo autor como a expressão de um “eu” íntimo. Para o autor, a lírica do período pré-moderno caracteriza-se por uma variedade de processos articulados pela linguagem. Langer (2015) considera que a subjetividade, ou voz subjetiva, é um dos mecanismos da lírica, não aquilo que a fundamenta; um mecanismo que funciona concomitantemente com outros que integram o gênero.

Essa definição pode ser compreendida em paralelo com as considerações de Allen (1994) a respeito da subjetividade. Para o autor, a “consciência lírica” é uma das características definidoras do gênero lírico, dependente da “subjetividade lírica”. Allen (1994) compreende a subjetividade como uma série de processos inter-relacionados, que se movimentam em diversos níveis e atuam de forma multivalente e reinterpretação, fundamentados formal, gramatical e retoricamente. O caráter reinterpretação está diretamente ligado à questão da escrita, uma vez que só a partir do ato de releitura é que a reinterpretação é possível. Tal definição se estabelece de forma histórica e abrangente, no intuito de permitir a discussão da problemática do gênero sobre um panorama geral específico.

Por outro lado, Langer (2015) menciona que não deseja conceber uma noção de gênero lírico. Ainda assim, o autor intenta discutir as características da lírica a partir de seu efeito. Langer (2015) defende que a distinção entre a poesia grega arcaica e a “lírica” não está necessariamente calcada no caráter escrito das coleções líricas, ainda que esse seja um fator determinante. Para o autor, existiria um tipo de “modernidade” no período compreendido como pré-modernidade (*early modern*). Essa modernidade seria o plano de fundo que possibilitaria a distinção entre a poesia arcaica grega e a poesia antiga, escrita. A característica distintiva, propiciada por esse *background*, manifesta-se como uma “singularidade lírica”, surgida principalmente depois de Petrarca. Essa mudança, assim como a “intensidade singular”, compreendida como as marcas dessa singularidade, seria capaz de demonstrar a capacidade de a literatura designar as distintas formas de particularização humana. A questão da singularidade seria marcada pela subjetividade, gerando profundas implicações na poesia pré-moderna. Ou seja, a questão da “singularidade lírica” está diretamente associada ao efeito

causado pela poesia lírica, não mais coletivo, e sim particularizante – embora ainda não individual e íntimo, no sentido moderno.

Langer (2015) menciona que a “intensidade singular” da lírica, no período pré-moderno, é acessível ao leitor não apenas como parte de um “eu” particular, ou como a enunciação de um sujeito, ou como um ponto central na expressão da experiência particular ou como diversas manifestações da figura do poeta; ao contrário, a “intensidade singular” se transmite através de movimentos, os quais podem implicar todos os supracitados aspectos da questão da subjetividade, mas não necessariamente depender de sua definição. Como exemplo, Langer (2015) menciona que um dos aspectos mais estudados da obra de Petrarca é a noção de um “eu” particular, o qual seria constituído: pela solidão; por uma problemática referente ao deslocamento geográfico; por uma consciência histórica; por paradoxos relativos à questão da vontade e sobre a incapacidade ou inabilidade de agir; e pela intimidade epistolar. Trata-se de um movimento que seria definidor do efeito da lírica, que seria determinado por seu caráter negativo: “a delineation, an exclusive pointing, a paring-down, a redundancy, a contrasting. Their nature becomes clearer when we consider the starting point for early modern conceptions of ‘literary’ communication, which is rhetoric” (LANGER, 2015, p. 23). Isto porque, segundo o autor, a poesia está indissociavelmente ancorada em uma cultura retórica, que permeia todos os níveis de uma sociedade letrada. Nessa perspectiva, todo discurso escrito ou oral funcionaria como uma conexão entre os membros de uma coletividade política. A retórica, nesse caso, seria a sistematização desse processo. Desse modo, o discurso, mesmo quando individual, emergiria de um senso de comunidade, de uma perspectiva social que, segundo Langer (2015), é perpassada por um grau subjetivo. Ou seja, subjetividade se estabelece como um efeito ou mecanismo retórico. Essa afirmação não se afasta da perspectiva histórico-contextual defendida por Allen (1994), uma vez que determina um movimento do geral para o particular e, assim, as características genéricas servem como ferramentas no estudo e na análise da poesia, e não como funções definidoras.

Como exemplo dessa questão, Langer (2015) retoma uma discussão de Käte Hamburger sobre um poema de Novalis, que pertence tanto a um livro de orações protestantes, quanto a uma coleção de poemas do artista, indicado nesta como uma “canção espiritual”. A principal problemática envolve a questão do “eu” representado em ambos os poemas. No caso da coleção, o “eu” seria compreendido como uma expressão lírica distinta daquela do livro de orações, considerado, por sua vez, como uma primeira pessoa do singular

coletiva, que se refere à divindade durante os ritos religiosos. Como Langer (2015) ilustra, o contexto em que o texto aparece marca a diferença essencial no “eu” de cada poema: o livro de orações e a coleção. No caso da poesia pré-moderna, o contexto seria histórico-cultural, envolvendo as convenções de composição poética e a educação retórica. Em termos semelhantes aos de Allen (1994), Langer (2015) afirma que a audiência à qual o poema seria direcionado não compreendia a lírica como nascida da subjetividade de um “eu” particular e empírico, embora essa lírica pudesse tratar dessa questão, a partir de outras perspectivas. No caso, a partir de recursos retóricos.

Por fim, a questão da subjetividade exerce um papel fundamental na compreensão da poesia lírica. Todavia, a caracterização dessa lírica pressupõe uma obra escrita, composta sobre um plano de fundo retórico, que dialoga com um dado contexto sociocultural e histórico. A poesia lírica teria suas origens entre o helenismo e período augustano, devido ao surgimento das coleções líricas, desenvolvendo-se, principalmente, na pré-modernidade. Na discussão da lírica helenístico-augustana, Allen (1994) defende a existência de uma subjetividade, determinante a uma “consciência lírica”, que seria a expressão dialógica do gênero. Para Langer, em seus estudos acerca da poesia pré-moderna, a subjetividade apresenta-se como um elemento, uma ferramenta, fundamentada em um plano de fundo retórico e social, que perpassa as composições líricas. Desse modo, é possível compreender que a subjetividade, da mesma forma que a concepção de gênero lírico, necessita ser compreendida a partir de dado contexto histórico-social, não como uma presença imutável na poesia lírica. Tal distinção só é possível a partir da compreensão das diferenças entre a poesia escrita, das coleções líricas, e a oral, referente à Grécia arcaica.

As problemáticas acerca da definição de lírica enquanto gênero desenvolvem-se de forma semelhante àquelas relativas à questão da subjetividade. Na Grécia arcaica, a lírica remete a um tipo de composição que objetiva o acompanhamento de lira ou cítara; no medievo, as concepções variam, mas parece prevalecer a ideia de um poema “misto”. Desse modo, a definição de gênero lírico se estabelece também de forma histórico-social e contextual, uma vez que visa atender a uma determinada demanda de definições crítico-teóricas, propostas em um dado contexto, referentes também a esse dado contexto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Rocha (2012), foi Goethe quem estabeleceu a definição triádica de poesia, compreendendo os gêneros épico, dramático e lírico. Essa concepção se desenvolve de forma idealista, pressupondo a sucessão evolucionista dos gêneros. Bruno Snell (2005), por exemplo, um dos herdeiros do Romantismo alemão, adota esta definição em seus estudos sobre poesia, uma vez que a concepção moderna de lírica também seria fruto do pensamento Romântico. Nesse contexto, a lírica seria compreendida como um poema de expressão individual, relativo a uma reflexão subjetiva, por parte de um “eu” individual, sobre temas da ordem do emocional, como o amor. A questão da subjetividade está diretamente atrelada a essa definição de lírica. A aplicação dessa concepção de poesia, de forma retroativa, seria um dos principais problemas concernentes à discussão da lírica enquanto gênero.

Distintamente, o que convencionalmente se compreende como “lírica” tem surgimento marcado, segundo Allen (1994), pela organização das coleções líricas, entre o período helenístico e augustano. Por outro lado, Langer (2015), embora mencione a importância das coleções, compreende que expressão lírica pode ser verificada a partir da pré-modernidade. Essa é uma ideia aceita também por Vega (2012), ao tratar da lírica Espanhola no Renascimento. Antes da organização de coleções, a poesia possuía um caráter essencialmente oral. No caso da poesia grega arcaica, esta pode ser nomeada como “métrica”. Dado o caráter distinto dessas duas formas de composição, escrita e oral, compreende-se também que sua função se estabelece de maneira diferente. A poesia grega arcaica possuía uma função pragmática, ritual e social, correspondente a uma dada função ou objetivo, executada em caráter performático. Para cumprir sua função na sociedade, esse tipo de composição utilizava-se da narrativa mítica, no intuito de definir ou reintegrar paradigmas sociais no seio da comunidade. Já a poesia organizada em coleções, assim como aquela produzida na pré-modernidade, por poetas como Petrarca, apresenta possibilidades distintas de significação, pela sua própria natureza escrita. A partir do surgimento desse tipo de poesia é que autores como Allen (1994) e Langer (2015) compreendem que a subjetividade lírica pode ser verificada e discutida, a partir de uma compreensão e de aparatos teóricos e retóricos. A identificação da subjetividade implica que esta característica permite a discussão do gênero lírico, conforme convencionalmente compreendido, desde que em um dado contexto.

Nessa perspectiva, o gênero lírico pode ser compreendido de diversas formas. Na Grécia arcaica, correspondia a uma composição acompanhada de lira; no medievo, apresenta definições variáveis, compreendida como um gênero “misto”. Porém, vez ou outra, acaba

sendo figurado como um tipo de canção ou mesmo como um gênero negativo, que abarca tudo aquilo que não se refere ao épico, ao trágico ou ao cômico. Em sua *Arte Poética*, uma das últimas obras do tipo, Freire (1748) recupera uma definição de lírica que se aproxima de sua categorização inicial arcaica, como um tipo de composição oral, curta e harmônica, constituída por diversas espécies de versos, específicos a dada situação. Isto se deve, em grande parte, ao fato de o autor partir de noções clássicas. No entanto, esta ideia entra em um confronto indissolúvel com a noção de lírica que ganha força a partir do Romantismo. A concepção que se enraíza é a de lírica como um poema de revelação emocional, íntima e individual. Nessa acepção, o gênero lírico, nos moldes que sugere Allen (1994), necessita ser compreendido em um dado contexto histórico e social, com o qual o gênero dialoga, determinando e sendo determinado por diversas tensões sócio-ideológicas. De outra forma, cair-se-ia, inevitavelmente, em uma definição anacrônica. A mesma questão se estende à subjetividade. Langer (2015) a associa a uma ferramenta da lírica, fundamentada em um plano de fundo retórico, ao passo que Allen (1994) a considera peça chave na sua concepção de “consciência lírica”. Desse modo, a especificidade definidora daquilo é que compreendido como subjetividade, relativo à lírica, assim como o próprio gênero lírico, se estabelece de forma histórico-social e ideológica, em diálogo com um dado contexto, embora sempre em movimento.

REFERÊNCIAS

ALLEN, Paul. **Lyric texts and lyric consciousness: The Birth of a Genre from Archaic Greece to Augustan Rome.** New York, NY: Routledge, 1994.

CURTIUS, Ernst Robert. Retórica. In:_____. **Literatura Europeia de Idade Média Latina.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013, p. 99-219.

FREIRE, Francisco José. **Arte Poética**, ou regras da verdadeira poesia, 1748. Disponível em: <<https://archive.org/details/artepoeticaoureg01frei>>. Acesso em: 12/12/2016.

GUERRERO, Gustavo. **Teorías de la Lírica.** Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1998.

LANGER, Ullrich. **Lyric in the Renaissance: From Petrarch to Montaigne.** Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2015.

ROCHA, Roosevelt. Lírica Grega Arcaica e Lírica Moderna: Uma Comparação. In: **Philia&Filia**, Porto Alegre, vol. 03, n° 2, jul./dez. 2012, p. 84-97.

SNEll, Bruno. O despontar da individualidade na Lírica Grega Arcaica. In: _____. **A Cultura Grega e as Origens do Pensamento Europeu.** São Paulo: Perspectiva, 2005.

VEGA, Maria José. **Poética de la lírica en el Renacimiento.** Disponível em: <http://www.academia.edu/2435956/Po%C3%A9tica_de_la_l%C3%ADrica_en_el_Renacimiento>. Acesso em: 06/12/2016.

Recebido em julho de 2017

Publicado em dezembro de 2017